

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL: REVISÃO DE LITERATURA**

**LEARNING DIFFICULTIES OF CHILDREN WITH AUTISM IN EARLY  
CHILDHOOD EDUCATION: LITERATURE REVIEW**

**DIFICULTADES DE APRENDIZAJE DE NIÑOS CON AUTISMO EN EDUCACIÓN  
INFANTIL: REVISIÓN DE LA LITERATURA**

**Madele Maria Barros de Oliveira Freire<sup>1</sup>**

<http://orcid.org/0000-0001-0001-6546>

IFPB, Brasil

[madele.freire@ifpb.edu.br](mailto:madele.freire@ifpb.edu.br)

**José Lucínio de Oliveira Freire<sup>2</sup>**

<http://orcid.org/0000-0002-0671-9185>

IFPB, Brasil

[jose.freire@ifpb.edu.br](mailto:jose.freire@ifpb.edu.br)

**Carmem Maia dos Santos<sup>3</sup>**

<http://orcid.org/0000-0002-0363-2615>

IFPB, Brasil

[carmem.santosa@ifpb.edu.br](mailto:carmem.santosa@ifpb.edu.br)

**Kamila Mirley Lopes Maciel<sup>4</sup>**

<http://orcid.org/0000-0003-0271-6084>

IFPB, Brasil

[kamila.maciel@ifpb.edu.br](mailto:kamila.maciel@ifpb.edu.br)

**Resumo**

A Constituição Federal assegura a educação como direito social, e, para garantir esse direito às pessoas com necessidades específicas, muitas são as lutas, tanto de familiares, como de profissionais da educação, para que se torne uma conquista de fato. Isso vem gerando muitas conquistas importantes na esfera da inclusão de pessoas com deficiência, notadamente para os autistas na fase inicial dos estudos regulares, que é a Educação Infantil. Sabemos que a oferta de educação de forma inclusiva traduz-se por uma forma diferenciada de ensinar, pois deve possibilitar a aprendizagem dos sujeitos através de novas práticas, adotando intervenções de forma interdisciplinar, visando promover resultados na aprendizagem das crianças com dificuldades cognitivas. Este trabalho objetivou apresentar os relatos na literatura das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças com TEA na Educação Infantil, e quais as intervenções psicopedagógicas são adotadas para superá-las. O referencial teórico utilizado na pesquisa se baseou em postulados de autores como Sanini e Bosa (2015), Tiradentes; Araújo e Lopes (2017), Lumertz e Menegotto (2020), Silva e Menezes (2020), Souza e Nunes (2020), Herginger e Calve (2021), Pizolli, Maldl e Franco (2021), Souza e Nunes (2021), dentre outros. Foram compiladas intervenções como o Método Denver, Análise Comportamental Aplicada, conforme Camargo e Rispoli (2013); a Consultoria Colaborativa, de Souza e Nunes (2020); a escuta ativa, investigação de gostos pessoais e habilidades da criança, ensino das habilidades necessárias à melhoria das suas relações pessoais e melhor

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>2</sup> Graduado em Direito pela Universidade Regional do Cariri.

<sup>3</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>4</sup> Mestranda em Educação Profissional pelo Instituto Federal da Paraíba.

adaptação às mudanças físicas do ambiente através de intervenções, principalmente com a utilização do lúdico.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Intervenções Neuropsicopedagógicas; Transtorno do Espectro do Autismo.

### **Abstract**

The Federal Constitution guarantees education as a social right, and, to guarantee this right to people with specific needs, there are many struggles, both from family members and education professionals, so that it becomes a real achievement. This has generated many important achievements in the sphere of inclusion of people with disabilities, notably for autistic people in the initial phase of regular studies, which is early childhood education. We know that offering education in an inclusive way translates into a different way of teaching, as it must enable subjects to learn through new practices, adopting interdisciplinary interventions, aiming to promote learning results for children with cognitive difficulties. This work aimed to present reports in the literature of learning difficulties presented by children with ASD in Early Childhood Education, and which psychopedagogical interventions are adopted to overcome them. The theoretical framework used in the research was based on postulates from authors such as Sanini and Bosa (2015), Tiradentes; Araújo and Lopes (2017), Lumertz and Menegotto (2020), Silva and Menezes (2020), Souza and Nunes (2020), Herginger and Calve (2021), Pizolli, Maldl and Franco (2021), Souza and Nunes (2021) , among others. Interventions were compiled such as the Denver Method, Applied Behavioral Analysis, according to Camargo and Rispoli (2013); Collaborative Consulting, by Souza and Nunes (2020); active listening, investigation of the child's personal tastes and abilities, teaching the skills necessary to improve their personal relationships and better adaptation to physical changes in the environment through interventions, mainly using play.

**Keywords:** Inclusive Education; Neuropsychopedagogical Interventions; Autism Spectrum Disorder.

### **Resumen**

La Constitución Federal garantiza la educación como un derecho social y, para garantizar este derecho a personas con necesidades específicas, hay muchas luchas, tanto de los familiares como de los profesionales de la educación, para que se convierta en una verdadera conquista. Esto ha generado muchos logros importantes en el ámbito de la inclusión de personas con discapacidad, en particular de las personas autistas en la fase inicial de los estudios regulares, que es la educación infantil. Sabemos que ofrecer educación de manera inclusiva se traduce en una forma diferente de enseñar, ya que debe permitir a los sujetos aprender a través de nuevas prácticas, adoptando intervenciones interdisciplinarias, con el objetivo de promover resultados de aprendizaje para niños con dificultades cognitivas. Este trabajo tuvo como objetivo presentar reportes en la literatura sobre las dificultades de aprendizaje que presentan los niños con TEA en Educación Infantil, y qué intervenciones psicopedagógicas se adoptan para superarlas. El marco teórico utilizado en la investigación se basó en postulados de autores como Sanini y Bosa (2015), Tiradentes; Araújo y Lopes (2017), Lumertz y Menegotto (2020), Silva y Menezes (2020), Souza y Nunes (2020), Herginger y Calve (2021), Pizolli, Maldl y Franco (2021), Souza y Nunes (2021) , entre otros. Se recopilieron intervenciones como el Método Denver, Análisis Conductual Aplicado, según Camargo y Rispoli (2013); Consultoría Colaborativa, de Souza y Nunes (2020); escucha activa, investigación de los gustos y capacidades personales del niño, enseñándole las habilidades necesarias para mejorar sus relaciones personales y una mejor adaptación a los cambios físicos del entorno a través de intervenciones, utilizando principalmente el juego.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva; Intervenciones Neuropsicopedagógicas; Desorden Del Espectro Autista.

## **1. Introdução**

A compreensão do funcionamento do cérebro, as suas funções, os seus processos para aquisição do conhecimento e a sua influência no processo de ensino-aprendizagem contribui para detectar as dificuldades de aprendizagem enfrentadas na educação, principalmente de

crianças. Com isso, inevitavelmente leva à necessidade premente na propositura de intervenções neuropsicopedagógicas adequadas para superá-las.

Através da didática, utilizar metodologias apropriadas, respeitando aos níveis de desenvolvimento e o tempo de aprendizagem de cada indivíduo, é possível não somente proporcionar a aprendizagem, mas, também, promover a inclusão dos sujeitos de forma efetiva. Dar novos significados a sua aprendizagem é fazer a diferença na Educação.

Nas instituições de ensino, é cada vez maior o número de crianças que possuem transtornos comportamentais, levando-as a entraves na aprendizagem, notadamente nessa fase mais tenra da idade. Se, por um lado, isso é uma realidade, por outro lado, e não menos real, é que há uma defasagem no preparo dessas instituições para lidarem com essa problemática, que reflete de forma negativa no processo ensino-aprendizagem final.

Sabemos que a Educação Infantil é o alicerce inaugural do processo educativo das crianças, tendo importância fundamental no seu desenvolvimento físico, psíquico, intelectual e também sociocomportamental. Se essa fase, de *per si*, é crucial para crianças ditas normais, imaginemos o desafio de promover uma Educação Infantil qualitativa nos seus resultados para crianças com síndromes comportamentais, como as autistas. Esse desafio é bem maior, pois a mesma deverá ser inclusiva.

O autismo, considerado uma síndrome comportamental, ou, conforme amplamente citada na literatura, Transtorno do Espectro Autista (TEA), caracteriza-se como déficits persistentes, com diferentes níveis de severidade, na seara do comportamento e interação sociais, com padrões restritos e repetitivos, também, no âmbito do interesse das atividades.

As características inerentes ao TEA, muitas vezes, são capazes de condicionar o desenvolvimento das crianças que possuem este tipo de transtorno. No caso das crianças com TEA, sabe-se que, quanto maior é a escala de comprometimento cognitivo, mais severamente elas são inclinadas ao isolamento social, maiores dificuldades na comunicação e, conseqüentemente, maiores óbices serão verificados para a necessária interação social. É clara a percepção que o mundo da criança autista é outro, pois a sua ideia de mundo, seja no sentido lato, ou o mundo escolar, é como ela vê, imagina e sente, e isso tem enorme influência na aprendizagem ao final e na sua construção enquanto ser social.

Assim, com o objetivo de compreender o processo de aprendizagem no percurso do dia-a-dia da Educação Infantil pelas crianças com TEA, dever-se-á compreender as ferramentas pedagógicas existentes para buscar soluções à seguinte problemática: quais as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças com autismo na Educação Infantil e de que forma as intervenções psicopedagógicas podem contribuir para a melhoria do processo de ensino-

aprendizagem?

Este estudo se justifica por várias razões: a) no Brasil, estudos revelam que há mais de 2 milhões de pessoas com autismo, sendo que uma expressiva parcela desse contingente corresponde a crianças, que estão em estudos regulares, o que, inevitavelmente, devem apresentar limitado progresso nos estudos e, quiçá, na sua vida como ser social; b) por tentar trazer norte de conhecimento de uma situação ligada à necessidade de se fomentar práticas de inclusão escolar, principalmente na fase de Educação Infantil.

Essa prática da inclusão escolar tem como alicerce fundamental a empatia, haja vista que reflete o ato de acolher todas as pessoas, sem exceção, com o fito de sanar habilidades prejudicadas por um transtorno comportamental e cognitivo. Além de inclusiva, no âmbito pessoal, justificamos o estudo para ir mais além, por entender que a Educação Infantil precisa oportunizar que a criança autista desenvolva o máximo de potencialidades possíveis, respeitando, de forma individual, as suas condições cognitivas, afetiva e social.

Ademais, os estudos ligados à temática encontram-se esparsos na literatura, sendo necessário que se compilem mais informações que possam nortear os interessados na percepção da relevância do conhecimento sobre o processo de inclusão de autistas no cotidiano escolar da Educação Infantil, conjugando algumas intervenções neuropsicopedagógicas no contexto do processo ensino-aprendizagem.

Com isso, essa revisão de literatura será pautada, especificamente, na identificação das dificuldades de aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na Educação Infantil; analisar quais impactos esses déficits podem causar no processo de aprendizagem, na socialização e na vida dessas crianças; e demonstrar a importância das intervenções adequadas à superação dessas dificuldades.

Essa pesquisa é qualitativa e bibliográfica, tendo por base os seguintes autores Sanini e Bosa (2015), Tiradentes; Araújo e Lopes (2017), Silva e Menezes (2020), Souza e Nunes (2020), Herginger e Calve (2021), Pizolli, Maldl e Franco (2021), Souza e Nunes (2021), dentre outros. O período de abrangência da coleta de informações foi entre os anos de 2012 e 2021, por se entender que são informações mais recentes.

Na pesquisa, serão abordados tópicos como conceituações de autismo, dificuldades pedagógicas no processo ensino-aprendizagem de autistas e intervenções de caráter psicopedagógicas na Educação Infantil com autistas.

## 2. Autismo: conceituações

O interesse por essa temática é crescente, não havendo dificuldade de encontrar informações relativas ao assunto, embora diversas e esparsas. Mesmo muitos acreditando que essa abordagem seja recente, há relatos de que as primeiras impressões sobre o autismo datam do início do século passado.

De acordo com Cunha (2017), coube a Paul Eugen Bleuler, em 1911 — na busca da descrição da fuga da realidade e o retraimento dos pacientes acometidos de esquizofrenia —, empregar, de forma pioneira, o termo autismo. Já para Herginger e Coube (2021), Leo Kanner, em 1943, no artigo “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, descreve 11 casos de crianças com “um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação da mesmice”. Neste artigo, ele usa o termo “autismo infantil precoce”, descrevendo a doença com os sintomas mais pesados das crianças que analisava, dando-lhes ênfase às dificuldades de interação das crianças e as denominava como anormais e obcecadas.

Ao longo dos anos, os estudiosos buscaram descrever e compreender as peculiaridades dos indivíduos que possuem autismo com o intuito de promover ações que contribuíssem para o desenvolvimento dessas crianças, o que proporcionou a evolução do conceito durante este percurso.

Teixeira e Ganda (2019) afirmam, com base no que definiu ABA (2002), que o autismo é um transtorno que aparece nos três primeiros anos de vida da criança, sendo o reflexo de transformações ocorridas na parte externa do cérebro (região cortical) que é responsável pela fala e sociabilidade, e que possui características diversas, ressaltando que toda criança que apresenta característica autista apresenta características diversas, pois existem peculiaridades comportamentais entre cada autista, individualmente.

Segundo o que estabelece o art. 1º, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

§ 1º (...) é considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva

aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (Brasil, 2012).

Na última edição do DSM-V, o autismo foi definido através de um conjunto de quadros que pode, por vezes, variar de acordo com a intensidade dos sintomas e dano ocasionado na vida do indivíduo (Bezerra *et al.*, 2020). O transtorno do espectro autista é uma síndrome que afeta a interação social, por problemas de comunicação e comportamento repetitivo e restritivo.

Sendo assim, as manifestações do TEA podem ser classificadas como leve, moderada ou severa, sendo a última a forma a mais grave do transtorno (Pizolli; Maldl; Franco, 2021). De acordo com a APA (2014), o autismo de nível I é o chamado de grau leve (déficit na comunicação social; dificuldade com mudanças na rotina; dificuldade com planejamento e organização), o autismo de nível II é quando os sintomas se apresentam de forma moderada (déficits graves na comunicação verbal e não verbal; apego exagerado a rotina; movimentos repetitivos e estereotipados em quantidade) e o autismo de nível III é o grave (déficit gravíssimo na comunicação verbal e não verbal; apresenta comportamentos incomuns e relativos a satisfação de necessidades fisiológicas básicas; comportamentos inflexíveis, repetitivos e estereotipados) (DSM 5, 2014).

Oliveira e Martins (2018) afirmam que, mesmo para um especialista, o diagnóstico do autismo, geralmente, é difícil de ser apresentado pelas próprias características do transtorno que não é considerado uma doença.

Estudos demonstram, segundo Bezerra *et al.* (2020), que o TEA pode se revelar desde os primeiros meses de vida da criança, não sendo necessário que esta apresente todos os sinais para que se levante a suspeita. Cita-se como exemplo de alguns sinais: a preferência por objetos, desinteresse em fixar faces humanas, falta de reciprocidade no olhar, entre outros. O diagnóstico precoce é importante para que seja realizada uma intervenção intensiva e potencialmente capaz de impedir a manifestação completa do TEA.

A identificação precoce do transtorno do Espectro Autismo nas crianças acarreta uma série de benefícios em seu processo de desenvolvimento, qualquer que seja seu comprometimento. A utilização de intervenções de forma adequada, por uma equipe multidisciplinar especializada, contribui, efetivamente, para o seu processo de aprendizagem e, conseqüentemente, para a sua inserção social.

### 3. Autismo e dificuldades pedagógicas

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) – traz como objetivos de aprendizagens a serem alcançados pelos estudantes, ao longo da Educação Básica, dez competências. Relacionados com essas competências, estão os Eixos Estruturantes do Ensino Infantil, que asseguram seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, quais sejam: o direito de aprender a conviver; de brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se e, assim, desenvolver, a partir dessas experiências, as suas aprendizagens. O documento enfatiza a importância do professor e a intencionalidade da sua proposta pedagógica, de forma que estejam alinhados aos objetivos de desenvolvimento planejados.

Percebe-se que o educador tem um papel crucial no processo de desenvolvimento da criança e, para isso, dever-se-á garantir que a proposição pedagógica possa promover o desenvolvimento destas, por meio do acompanhamento contínuo das atividades realizadas, num processo dialético entre a teoria e a prática, sempre numa perspectiva inclusiva.

Destaca-se a importância da Educação Infantil no desenvolvimento emocional e social da criança, ao afirmar que:

Nos dias atuais, a Educação Infantil tem um papel importante e fundamental na formação e no desenvolvimento da criança, sendo considerada a etapa educacional em que a criança passa a maior parte do seu tempo e convive com pessoa diferentes. Tudo isso favorece e possibilita aos educadores desenvolver tarefas educativas coletivas, visando à construção efetiva da linguagem, desenvolvimento afetivo e desenvolvimento social da criança (Moreira; Thiengo, 2021, p. 70).

Assim, a Educação Infantil é a etapa da educação em que a criança tem uma maior margem para se desenvolver, tendo em vista a o tempo que passa na escola e as diversas possibilidades de promover atividades integrativas e interativas que estimulam o desenvolvimento afetivo e social das crianças, sendo um momento importante para o desenvolvimento de crianças com TEA.

Segundo Herginzer e Calve (2021), o autista enfrenta dificuldade maior no meio escolar devido à necessidade de interação com outros alunos. Essa se configura em uma das maiores dificuldades das crianças diagnosticadas com TEA, pois, apresentam distúrbios que afetam as áreas da interação social, comportamento e cognição, essas dificuldades acarretam limitações em seu processo de desenvolvimento escolar. Embora haja o comprometimento dessas áreas, essas crianças podem adquirir autonomia em sua aprendizagem.

Silva e Menezes (2020) lembram que a Educação Infantil tem o objetivo de aprimorar

as capacidades (físicas, afetivas, éticas, relacionamento interpessoal e inserção social) da criança. A Educação Infantil direcionada às crianças com TEA requer a elaboração de uma metodologia direcionada à especificidade de cada criança, pois, só assim, conseguirá potencializar as suas capacidades.

Lumertz e Menegotto (2020) asseguram que, essa necessidade de especificidade do tratamento, é essencial até mesmo entre os indivíduos que apresentam o mesmo nível de TEA. Isto acontece pelo fato de que existem outros fatores além da gravidade do autismo que influenciam a intensidade do aparecimento dos sintomas como: a presença de comorbidades, bem como a qualidade e quantidade de estímulo recebida pela pessoa com autismo.

Para Nunes (2008), geralmente, as crianças com autismo apresentam dificuldades básicas como aprender a utilizar corretamente as palavras. Ressalta-se que, também, as crianças com TEA apresentam outras dificuldades, como a níveis comportamentais, que dificultam sua inserção na escola por ser um ambiente novo, repleto de desafios e que exige algumas mudanças comportamentais. Por isso, segundo Silva e Menezes (2020) os profissionais que atuam na Educação Infantil necessitam estar capacitados para receber as crianças com TEA.

A Neurociência traz contribuições importantíssimas para a educação. Hoje já se sabe que, através das intervenções pedagógicas, é possível promover a aprendizagem a crianças com algum déficit cognitivo ou algum transtorno. Mediante os estímulos, o cérebro é capaz de realizar novas conexões sinápticas, através desse processo provocar a plasticidade neural e, assim, promover tornar a criança apta à aprendizagem.

Com isto, a formação de professores, torna-se cada vez mais necessária. Uma formação que promova a apropriação dessas novas descobertas da ciência que tem trazido contribuições importantíssimas para a educação e a inclusão de pessoas com deficiência. A apropriação desses conhecimentos, é entender melhor os processos de aprendizagem das crianças e, assim, poder intervir de forma efetiva em seu desenvolvimento.

Assim, o conhecimento sobre como se processa a aprendizagem no cérebro e os mecanismos que podem ser utilizados para o desenvolvimento de um trabalho eficaz, que produza conhecimento e aprendizagem é fundamental para o bom trabalho do educador. Ou seja, entender neurociências facilita o trabalho, mas o conhecimento, por si só, não produz aprendizagem, são necessários as ferramentas e os meios (Lima, p. 3, 2020).

O conhecimento deficitário de como os processos cerebrais acontecem, bem como esses processos interferem na aprendizagem, dificultam a adoção de novas estratégias, de novas técnicas que possibilitem a sua a promoção em crianças que possuem TEA.

Sanini e Bosa (2015) assinalam que o próprio desconhecimento do autismo é responsável por, muitas vezes, reduzir o investimento na aprendizagem das crianças com TEA.

A falta de investimento na educação das crianças, atrelada à inserção destas em um ambiente escolar despreparado para o seu acompanhamento, é responsável por retardar o seu desenvolvimento, além de distanciar, ainda mais, os familiares do processo de ensino-aprendizagem, pela ausência de resultados.

Isto posto, uma das maiores barreiras enfrentadas pelas crianças com TEA no referido processo é a existência de ambientes escolares e profissionais sem as competências necessárias para os acompanhar.

Teixeira e Ganda (2019) asseguram que é crucial para o desenvolvimento da criança que os profissionais da Educação além de terem conhecimento sobre TEA, suas características e diferentes níveis, também, trabalhem de forma interdisciplinar (envolvimento entre pedagogos, profissionais de apoio, neurologista, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogos, entre outros). Só por meio desta integração profissional é que se encontrará os mecanismos mais adequados para a obtenção de um resultado efetivo, que passa por maximizar a aprendizagem destas crianças através de uma atuação inclusiva.

Tiradentes, Araújo e Lopes (2017) pontuam que é importante destacar que, pela própria característica do TEA, cada criança apresenta um comportamento diferente sendo necessário construir uma metodologia de ensino direcionada as suas necessidades específicas. Outra questão a ser levantada é que para existir o crescimento intelectual e cognitivo destas crianças é fundamental que o projeto educacional da instituição de ensino seja planejado de modo a contemplar as referidas necessidades.

Sousa e Nunes (2020) estabelecem que, estudos recentes, no âmbito da Educação Infantil, demonstram evidências que apresentam a má formação de professores pode limitar o desenvolvimento escolar e funcional de crianças com TEA.

Sob a perspectiva de crianças com TEA, Sanini e Bosa (2015) descrevem que a dificuldade de compreender o comportamento das pessoas por meio das interações estabelecidas, associada à complexidade de entender as expectativas que as outras pessoas possuem dela, têm implicações sérias na rotina escolar. Para que sejam ultrapassadas estas barreiras é importante existir uma maior clareza na comunicação direta com as mesmas, só assim, será possível alcançar um maior entendimento e uma maior participação dela nas atividades escolares.

Assim, Vasconcellos, Souza e Pereira (2021) estabelecem que as barreiras encontradas na rotina escolar têm por base a carência de formação por parte dos professores, além do sentido

de impotência ou falta de compreensão acerca das características comportamentais das crianças com TEA. É que, muitas vezes, estas crianças são estereotipadas pelos aspectos negativos, o que prejudica o seu desenvolvimento.

Em uma pesquisa que objetivou refletir sobre a relação de inclusão/exclusão de crianças autistas, mediante análise de elementos teóricos que problematizam a ação educativa, à luz dos pressupostos teóricos da educação inclusiva, partindo da compreensão de que as que apresentam TEA necessitam de atenção às suas peculiaridades, dentre elas, as de natureza interativa. Dias, Santos e Abreu (2021) afirmam que

A metodologia dos Planos Educacionais Individualizados (PEI) e a interação instituição educativa/família, pode refletir qualitativamente na formação integral da criança com TEA. É importante que os professores da educação infantil, os profissionais do Atendimento Educacional Especializado e as famílias estejam abertos e dispostos a realizar a escuta e acolhida dos desejos, das intenções e interpretar as expressões, os sentimentos, as diferentes formas de ação e comunicação das crianças com TEA. O apoio e a cooperação contínua da família para que junto com as creches e pré-escolas possam estabelecer estratégias que favoreçam o processo de desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças (Dias; Santos; Abreu, 2021, p. 119).

Posto isto, é evidente que o Plano Educacional Individualizado (PEI) configura-se em um instrumento importante visando à superação das dificuldades enfrentadas pelas crianças com TEA. Entretanto, ele funciona como uma engrenagem, e para que os objetivos traçados sejam alcançados, é necessário o engajamento de todos, de forma efetiva.

#### **4. Intervenções psicopedagógicas na Educação Infantil inclusiva com autistas**

Pretendemos demonstrar a importância das intervenções psicopedagógicas adequadas à superação das dificuldades no processo de ensino-aprendizagem de crianças com TEA na Educação Infantil.

Esta, que é a primeira etapa da educação básica, possui peculiaridades próprias, decorrentes das especificidades das crianças, que têm o brincar como atividade fundamental ao seu desenvolvimento (Filgueira; Rodrigues; Rinaldi, 2018).

Nesse diapasão, ante o direito a uma educação inclusiva, que tente minorar o alcance dessas especificidades citadas, e indo mais além do interior do ambiente escolar, Tiradentes; Araújo e Lopes (2017), atestam que a educação inclusiva tem sido palco de vários debates em todas as esferas da sociedade, como intuito de garantir os direitos das pessoas que apresentam necessidades especiais, tanto na vida escolar, social, política, econômica, bem como no atendimento à saúde.

De acordo com os postulados teóricos de Moreira e Thiengo (2021), como o autismo se desenvolve desde os primeiros meses de vida da criança, com características inerentes a cada uma, isso é relevante ...para a Educação Infantil em específico para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que viabilizem o ensino-aprendizagem de alunos com TEA, de forma a contribuir para o desenvolvimento social da criança, bem como de aspectos cognitivos (Moreira; Thiengo, 2021, p. 60).

Pesquisas relacionadas à dicotomia autismo e educação são extensamente relatadas na literatura específica. Alguns desses estudos, na visão de Agripino-Ramos, Lemos e Salomão (2019), têm apontado a importância dessa prática ao destacarem o papel dos educadores como mediadores das interações no ambiente escolar e demonstrarem a participação dessas crianças nas interações com pares, consideradas as peculiaridades inerentes ao transtorno, o nível de comprometimento das crianças e o contexto observado.

Segundo Santos (2016), com o advento e desenvolvimento dos estudos das neurociências juntamente com a educação, hoje, é possível compreender e buscar meios para encontrar respostas e sanar lacunas sobre temas ora antes não compreendidas sobre os transtornos de aprendizagem e como trabalhar com alunos portadores especiais, entre eles os autistas.

Herginger e Calve (2021) afirmam que muitos pesquisadores estudaram, no decorrer do tempo, qual o melhor estímulo para o desenvolvimento cognitivo e motor do autista. Para esses autores, muitas abordagens foram mencionadas e são defendidas por psiquiatras, psicólogos e os profissionais do ambiente escolar, mas é preciso analisar cada autista de forma individualizada para se realizar um planejamento certo e orientado aos profissionais que trabalham com essa população.

Na Educação Infantil, a natureza da deficiência e as dificuldades de aprendizagem não parecem ser determinantes no processo de inclusão social destas crianças. Todavia, o que se faz essencial é criar um programa de intervenção capaz de incluir a criança portadora de certas dificuldades na dinâmica geral da turma.

Assim, evidencia-se que:

...ter um estudante com Transtorno de Espectro Autismo, em uma sala de aula do ensino regular na Educação Infantil, e que apresenta dificuldade na socialização, na fala e no comportamento é uma tarefa complexa, pois as professoras precisam trabalhar com metodologias educacionais que favoreçam a autonomia do aluno. ...Para a inclusão acontecer, de fato, é preciso que o projeto educacional da instituição seja planejado para contemplar as necessidades dos estudantes. Precisa-se oportunizar formação continuada e capacitação dos professores que trabalham com estudantes com necessidades especiais para poder atuar de forma coerente que possibilite uma

aquisição de conhecimentos melhorando as metodologias trabalhadas em sala de aula (Tiradentes; Araújo; Lopes, 2017, p. 73).

Com o objetivo de avaliar os efeitos de um programa de intervenção, delineado como Consultoria Colaborativa, nas práticas de ensino de uma professora da Educação Infantil, que atendia um aluno de 4 anos de idade, diagnosticado com Transtorno de Espectro Autista, Souza e Nunes (2020) concluíram que os dados obtidos com a pesquisa sugerem que a Consultoria Colaborativa é uma prática promissora a ser adotada no contexto da Educação Infantil. Para os autores, após a implementação do programa ocorreu uma maior interação entre a professora e o aluno-alvo, mas de forma inclusiva, e, ao optar por ferramentas que também contribuíssem para o desenvolvimento dos demais alunos, o que proporcionou mudanças qualitativas na participação do aluno-alvo nas atividades escolares.

Para Bezerra (2020) a vivência da Educação Infantil no ensino regular é um aspecto essencial no processo de inclusão da pessoa com TEA. Entretanto, a educação não deve ser apenas inclusiva, mas, sim, responsável por potencializar as habilidades dos alunos, com respeito à condição cognitiva, afetiva e social de cada um.

Lumertz e Menegotto apresentam um estudo de caso realizado com uma criança com nível de autismo leve que demonstrou que o trabalho terapêutico realizado entre a neuropsicopedagoga e a criança teve por base as seguintes intervenções: escuta ativa, investigação de gostos e habilidades da criança, ensino das habilidades necessárias à melhoria das suas relações pessoais e melhor adaptação às mudanças físicas do ambiente. Os resultados das intervenções demonstraram que a criação de um vínculo entre a neuropsicopedagoga e a criança foi fundamental para a produção de conclusões positivas.

Bezerra (2020) discorre que é importante destacar que a psicomotricidade é um instrumento de inclusão a ser trabalhado, pois auxilia na consciência corporal, socialização, ajuste emocional e afetivo. O equilíbrio entre os aspectos cognitivos e psicomotores serve como base para o desenvolvimento integral da criança com TEA. É o trabalho com a psicomotricidade no ambiente escolar pode contribuir para o desenvolvimento social, psicológico e pedagógico da criança já que possibilita uma interação com outros alunos, exercita algumas habilidades e o faz divertir de forma construtiva sem tirar o prazer.

Silva e Menezes (2020) apresentam que os estudos demonstram os benefícios da educação lúdica no processo de ensino-aprendizagem de crianças com TEA em escolas de ensino regular, que estimula muitas sensações na criança e contribui para a melhoria de sua autoestima, cooperação, além de fortalecer as relações sociais. Para sanar as dificuldades em

relação às adequações curriculares, recursos humanos e materiais as atividades lúdicas são preparadas por um profissional especializado que possui formação inicial e continuada, o que garantirá a eficácia de processo de inclusão.

Vale destacar o modelo de intervenção denominado Denver, o qual se configura como uma abordagem terapêutica com excelentes resultados com crianças com TEA, e que utiliza o lúdico como instrumento, por ser uma modelo interventivo precoce é recomendado para crianças com TAE na faixa etária de 6 meses a 5 anos de idade. Ao conduzirem um ensaio clínico randomizado e controlado para avaliar a eficácia do Modelo Denver, com vistas à avaliar os resultados de melhoria comportamental de desenvolvimento abrangente em quarenta e oito crianças com diagnóstico de TEA, entre 18 e 30 meses de idade, Dawson *et al.* (2010) observaram que

... Em comparação com as crianças que receberam intervenção comunitária, as crianças que receberam o Modelo Denver mostraram melhorias significativas no QI, comportamento adaptativo e diagnóstico de autismo. Dois anos depois de entrar na intervenção, o grupo com o método melhorou em média 17,6 pontos de pontuação padrão em comparação com 7,0 pontos no grupo de comparação em relação às pontuações iniciais. O grupo submetido ao Modelo Denver manteve sua taxa de crescimento no comportamento adaptativo em comparação com uma amostra normativa de crianças com desenvolvimento típico. Em contraste, ao longo do período de 2 anos, o grupo de comparação mostrou maiores atrasos no comportamento adaptativo.... Concluíram que este é o primeiro ensaio clínico randomizado e controlado a demonstrar a eficácia de uma intervenção comportamental de desenvolvimento abrangente para crianças com TEA para melhorar o comportamento cognitivo e adaptativo e reduzir a gravidade do diagnóstico de TEA. Os resultados deste estudo ressaltam a importância da detecção precoce e intervenção no autismo (Dawson *et al.*, 2010, p. 19-23).

O método Denver tem seus fundamentos na abordagem de ensino baseada na Análise Comportamental Aplicada (ABA). A abordagem ABA é estruturada em um conjunto de técnicas e procedimentos que se aplica ao tratamento do autismo.

Ao fornecer uma descrição específica, completa e cuidadosa de procedimentos baseados na evidência para modificar tais comportamentos, ABA é definida como uma tecnologia que é aplicada em situações de vida reais onde comportamentos apropriados e inapropriados podem ser melhorados, aumentados ou diminuídos (Camargo; Rispoli, 2013, p. 642).

A ABA é uma ciência que dispõe de um conjunto de procedimento de eficácia comprovada em vários países do mundo Partindo de uma avaliação comportamental, observa-se os comportamentos excessivos e deficitários e a partir desses resultados se estabelece programas de ensino intensivo com metes de curto e longo prazos, com protocolo de registros,

para o acompanhamento dos objetivos propostos. Por se utilizar intervenções individualizadas, a abordagem da ABA se configura como um dos métodos mais eficazes na superação de dificuldades de aprendizagem.

## **5. Considerações Finais**

Podemos perceber que, com aumento dos casos de autismos nos últimos anos, pesquisa e estudos, vem sendo desenvolvidos no sentido de encontrar respostas a alguns questionamentos, como também, buscar métodos de intervenção eficientes que venha promover a superação das dificuldades causada pelo transtorno. Nesse sentido, a neurociência tem trazido grandes contribuições e gerado novas perspectivas. Ressaltamos também a importância da formação de professores para a apropriação desses novos saberes. Só um trabalho articulado, envolvendo uma equipe multidisciplinar poderá gerar nos ambientes escolares resultados consistentes.

As evidências da eficácia da utilização desses métodos vêm acompanhado de alento, trazem contribuições importantíssimas para a vida dessas crianças e para a sociedade. Tornar esses sujeitos aptos a assumir seus papéis sociais, minimizando ou superando seus prejuízos na área de seu desenvolvimento é devolver a essas pessoas o direito à vida, é dar dignidade e o direito de serem protagonistas de sua história.

É fato que essas intervenções especializadas têm apresentado resultados satisfatórios no desenvolvimento de crianças com TEA. Entretanto, é importante salientar que esses atendimentos especializados, que envolvem ações multiprofissional, acontecem a nível de clínicas especializadas, ou em escolas, com altos valores de suas mensalidades, nos grandes centros. Têm acesso a esses serviços, aquelas crianças que os pais têm um certo poder aquisitivo. Esse serviço especializado tem altos custos. Nas escolas públicas, o trabalho de inclusão educacional, acontece, prioritariamente, na sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e é na maioria das vezes, com apenas, um Pedagogo para atender à demanda de toda escola.

A dificuldade de aprendizagem é uma discussão que deve ser presente e constante no ambiente escolar, e em todos os níveis de escolarização, especialmente desde o início, na Educação Infantil, e, quando esta não é tratada de forma adequada, traz consequências que acompanharão toda vida escolar da criança. Nesse sentido, reforçar a fala da importância de uma investigação diante da persistência de algumas dificuldades é de suma importância para vida futura dessa criança. Essas dificuldades, muitas vezes podem ser confundidas com preguiça e desinteresse.

Tratando-se de ensino-aprendizagem, sabemos que vários aspectos podem interferir nesse processo, quer seja de ordem biológica, psicológica ou social. As crianças acometidas com TEA apresentam dificuldades de interação e comunicação, dependendo do seu grau de comprometimento, podendo trazer outras morbidades que comprometam ainda mais o seu desenvolvimento. Além das comorbidades, outras podem estar associadas às dificuldades cognitivas, como a dislexia, disgrafia, discalculia que se configuram em transtornos da aprendizagem e que interferem na aquisição da leitura, escrita e dos conhecimentos lógico matemático. Existe também o grupo de autistas talentosos e superdotados; essas habilidades também se configuram em uma problemática para os ambientes escolares, em ter profissionais capacitados para atender as especificidades de grupo.

Portanto, planejar um conjunto de ações e estratégias de caráter psicopedagógicas que possa atender às especificidades de cada criança é um grande desafio para as instituições educacionais, mas também é dever da escola, bem como dos profissionais nela inseridos, encontrar os meios necessários para a superação dessas dificuldades. Para e além disso, buscar parcerias para garantir o êxito das ações e dar qualidade de vida ao público-alvo, isto é, as crianças com necessidades especiais, notadamente as autistas, principalmente na tenra idade escolar, é um dever cada vez mais latente na sociedade, pois esse público só tende a aumentar.

## Referências

- Agripino-Ramos, C. S., Lemos, E. L. de M., & Salomão, N. M. R. (2019). *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(3), 453-468.
- American Psychiatric Association. (2014). Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. (5ª ed.). Porto Alegre: Artmed, 848.
- Bezerra, O. V., Silva, M. C., Lôbo, A. M. R. de S., Cidrão, S. C., Silva, B. C. R., Santos, S. Q., Martins, A. da S., & Belém, L. R. S. (agosto. 2020). A psicomotricidade como ferramenta inclusiva da criança autista na educação infantil. *Brazilian Journal of Development*, 6(8). <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/14415>
- Brasil. Lei nº 12.764. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)
- Brasil. Ministério da Educação. (2018). Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)
- Camargo, S. P. H., & Rispoli, M. (2013). Análise do Comportamento como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. *Revista Educação Especial*, 26(47), 639-650.

- Cunha, E. (2017). *Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. (7ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Wak, 140.
- Dawson, G., Rogers, S., Munson, J., Smith, M., Winter, J., Greenson, J., Donaldson, A., & Varley, J. (2010). Randomized, controlled trial of an interventions for toddler with autism: the early start Denver Model. *Pediatrics*, *125*(1), 17-23.  
<https://pediatrics.aappublications.org/content/125/1/e17>
- Dias, A. A., Santos, I. S., & Abreu, A. R. P. (2021). Crianças com Transtorno de Espectro Autista em tempos de pandemia: contextos de inclusão/exclusão na educação infantil. *Zero-a-Seis*, *23*(Especial), 101-124.
- Dyonisio, C. M., & Gimenez, R. (2020). Status sociométrico de alunos com deficiência intelectual e com transtorno do espectro do autismo na educação infantil e ensino fundamental. *Revista Educação Especial*, *33*.
- Filgueira, E. P. L., Rodrigues, L. B., & Rinaldi, R. P. (2018). A formação de professores na educação infantil na perspectiva do brincar. *Colloquium Humanarum*, *15*(1), 9-15.
- Herginger, P., & Calve, T. (2021). Educação inclusiva de alunos autistas no município de Curitiba: uma análise documental. *Caderno Intersaberes*, *10*(24), 15-26.
- Lima, M. do C. G. da S. (2020). Plasticidade Neural, Neurociência e Educação: as bases do aprendizado. *Revista Arquivos do Mudi*, *24*(2), 30-41.  
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/53548>
- Lumertz, F. D. S., & Menegotto, L. M. de O. (2020). Intervenção neuropsicopedagógica com criança com autismo leve: Relato de caso. *Revista Humanitaris*, *2*(2).  
<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/revistahumanitaris/article/view/421>
- Moreira, D. L. S., & Thiengo, E. R. (2021). A criança autista na Educação Infantil: contribuições para sua socialização. p. 58-78. In Thiengo, E. R. *Ações e reflexões em educação especial e inclusiva*. São Paulo: Pimenta Cultural, 306.
- Nunes, D. C. O pedagogo na educação da criança autista.  
<https://www.webartigos.com/artigos/o-pedagogo-na-educacao-da-crianca-autista/4113>
- Oliveira, A. K. de S., & Martins, A. B. (2018). Autismo na educação infantil: Relatos de uma experiência com uma criança autista. V Congresso Paraense de Educação Especial. Anais eletrônicos. Marabá: UNIFESSPA.  
[https://cpee.unifesspa.edu.br/images/ANAIS\\_VCPEE/RELATOS\\_DE\\_EXPERIENCIA/AUTISMONAEDUCAOINFANTIL.pdf](https://cpee.unifesspa.edu.br/images/ANAIS_VCPEE/RELATOS_DE_EXPERIENCIA/AUTISMONAEDUCAOINFANTIL.pdf).
- Pizolli, G. A., Maldl, N. A., & Franco, C. C. S. (2021). *Monumenta*, *2*(1), 131-142.
- Sanini, C., & Bosa, C. A. (2015). Autismo e inclusão na educação infantil: crenças e autoeficácia da educadora. *Estudos de Psicologia*, *20*(3).  
<http://www.scielo.br/j/epsic/a/PP69msMBkjDSYw4svd3v3bM/abstract/?lang=pt>
- Santos, K. M. L. (2016). X Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”: São

Cristóvão, SE.

Silva, K. R., & Menezes, R. D. de. (2020). Inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista através do lúdico com foco na educação infantil. *Revista Iniciação & Formação Docente*, 7(3).

[http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagepadle/article/view/4978/pdf\\_1](http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagepadle/article/view/4978/pdf_1)

Souza, M. da G., & Nunes, D. R. de P. (2020). Consultoria Colaborativa na Educação Infantil: análise de intervenção envolvendo aluno com autismo. *Revista Educação Especial*, (33).

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/48492/html>

Teixeira, M. C. S., & Ganda, D. R. (2019). Inclusão e Autismo: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil. *Revista Psicologia e Saúde em Debate*, 5(2).

<https://core.ac.uk/download/pdf/276636233.pdf>

Tiradentes, C. P., Araújo, L. G. de O. M., & Lopes, R. A. dos S. (2017). Educação infantil e o autismo: Relato de Experiência. *REVELLI*, 9(2), 70-82.

Vasconcellos, R. N., Souza, M. H. do N., & Pereira, J. A. (2021). O autismo infantil no âmbito escolar e suas abordagens (ex)inclusivas: revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. 13(3), <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6933>